



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
3ª VARA CÍVEL
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1008125-96.2018.8.26.0037**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Indenização do Prejuízo**
 Requerente: **William Francisco Teixeira**
 Requerido: **Banco Bradescard S/A**

Juiz de Direito: Dr. **PAULO LUIS APARECIDO TREVISÓ**

Vistos etc.

WILLIAM FRANCISCO TEIXEIRA promove ação declaratória de inexigibilidade de débito cumulada com danos morais e pedido de tutela antecipada contra **BANCO BRADESCARD S/A**, partes qualificadas nos autos, e expõe que jamais manteve relação jurídica com o réu, e ainda assim o último indevidamente promoveu a inscrição de seu nome junto aos cadastros dos órgãos de proteção ao crédito, fato que lhe causou danos morais, cuja indenização deve ser arbitrada pelo Juízo. Requer seja antecipada a tutela para a exclusão dos apontamentos e, ao fim, a procedência da ação para que seja declarado inexigível o débito, condenando o requerido a indenizar os danos morais que causou, além de pagar as verbas da sucumbência. Instrui a inicial com documentos.

Citado, o réu deixou transcorrer *in albis* o prazo para resposta, sobrevindo o requerimento da autora para decretação da revelia e procedência da ação.

Vieram para os autos os ofícios do SCPC/São Paulo (fls. 30) e da Serasa (fls. 31), sobrevindo manifestação do autor.

É, em síntese, o relatório.

DECIDO.

1. A lide admite o julgamento antecipado previsto no artigo 355, incisos I e II do Código de Processo Civil.

1008125-96.2018.8.26.0037 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
3ª VARA CÍVEL
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

2. Ausente a resposta, presumem-se verdadeiros os fatos alegados na inicial (artigo 344 do Código de Processo Civil).

Reputo incontroversos, pois, os fatos que dizem respeito à inexistência de relação jurídica entre as partes, bem como da ilegalidade dos apontamentos tirados contra o autor, conclusão que foi corroborada tanto pelos documentos acostados à inicial quanto pela revelia do banco réu.

3. Não pairam dúvidas que a existência de registro nos órgãos de proteção ao crédito é fato que, por si só, mostra-se suficiente para causar um transtorno indesejável, uma perturbação intransponível ou um desarranjo sem fim a qualquer um, até porque é fato notório, ditado pelas regras da experiência comum - donde a desnecessidade de prova plena (artigo 374 do Código de Processo Civil) -, que o registro do nome de alguém em banco de dados de instituições como as citadas impede ou pelo menos prejudica sensivelmente a possibilidade de se obter crédito no comércio em geral, empréstimos bancários etc.

Pior quando tais registros são oriundos de dívida inexistente, como ocorreu no caso vertente, de sorte a experimentar o consumidor um constrangimento que não se admite às pessoas honradas e cumpridoras de suas obrigações, dentre as quais se inclui o autor.

Caracterizado, assim, o dano moral, a compensação pecuniária pretendida é medida que se impõe porque a Constituição da República expressamente garante o direito ao seu recebimento (artigo 5º, inciso X), estando ou não associada a dano ao patrimônio físico.

Cumpra considerar, na fixação da indenização por dano moral, a situação econômica do autor e do réu, para que não gere enriquecimento sem causa a quem recebe e ao mesmo tempo não se torne ineficaz a quem paga. No caso vertente, a prudência recomenda fixar a indenização-base na quantia equivalente a R\$ 15.000,00, por se entender suficiente para amenizar o sofrimento do autor e prevenir a reiteração de nova conduta culposa do réu.

Isto posto, julgo **PROCEDENTE** esta ação e o faço para: a) declarar a inexistência de relação jurídica entre as partes, e consequentemente, inexigível o débito datado de 12/08/2016, relativo ao contrato nº 4282672627839000, e aqui discutido; b) condenar o réu no pagamento de indenização pelos danos morais causados ao autor na quantia de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), valor esse corrigido monetariamente desde a data desta sentença, segundo a Tabela Prática do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, nos termos da Súmula nº 362 do C. Superior Tribunal de Justiça, e com juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, desde a citação, nos termos da Súmula nº 54 do C. Superior Tribunal de Justiça.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
3ª VARA CÍVEL
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Condeno o requerido, ainda, no pagamento das custas do processo e honorários advocatícios ao patrono adverso, ora arbitrados em 10% sobre o valor da condenação.

Sem prejuízo, e pelas razões retro expostas, **DEFIRO** a tutela pleiteada e determino ao SCPC/São Paulo e à Serasa Experian que excluam toda e qualquer inscrição promovida pelo banco réu, relacionada à dívida que é objeto desta ação, cuja ordem será transmitida pelo sistema 'on line'. Providencie o Cartório, desde logo.

P.I.

Araraquara, 21 de setembro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**